

# Generalização injusta e perigosa

*Paulo Brossard \**

No final do ano passado, como se não merecesse ser lembrado, em silêncio transcorreu um quarto de século de importante episódio da nossa história e da vida do Congresso Nacional: a resistência desarmada do presidente da Câmara, Adauto Lucio Cardoso, a uma nova fornada de cassações de mandatos parlamentares, procedimento que levou o Marechal Castello Branco a fechar o Congresso, decretando-lhe o recesso. Pois, a despeito de sua alta significação, o fato não inspirou uma só palavra, seja no Congresso, seja fora dele. Decorridos vinte e cinco anos do gesto — nobre, corajoso, arriscado, foi como se ele não tivesse sido praticado. Ninguém dele se lembra, o que faz pensar que os grandes e desinteressados serviços públicos se escrevem na água e que na contabilidade do homem público só existe a coluna do débito.

Em compensação, amiam-se os mais pesados agravos ao Congresso e a seus integrantes, indiscriminadamente, como se no seu seio não houvesse um homem de bem. Não faz muito, em programa de televisão, de cunho humorístico, se dizia que em tal lugar não entravam cachorros e políticos. E em jornal de grande circulação, um de seus colaboradores escreveu esta monstruosidade: “desde que sou jornalista, há 37 anos, sei que todo líder político leva 20% dos empreiteiros”. Passados alguns dias, o mesmo articulista, comentando a pobreza das nossas embaixadas, às voltas para pagar a

luz e as contas telefônicas, editou esta sentença mortal: “o Congresso Nacional não vota verbas para o Itamaraty porque não constrói, como me disse um dos nossos mais brilhantes deputados, ou seja, não faz empreitadas de cujos empreiteiros os deputados levam comissões como de outros ministérios”.

Por força da judicatura de que estou investido, estou e devo estar inteiramente afastado de qualquer atividade partidária, mas isto não me faz esquecer que fui parlamentar durante 24 anos, 12 na esfera estadual e 12 no plano federal, nem me impõe calar diante de fatos como os que venho de referir. Antes o afastamento que, aliás, teria sido voluntário, não fosse ele compulsório, me dá mais liberdade e isenção para comentá-los. Foi por isso que, ao tomar posse na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, fiz questão de dizer, perante o escol intelectual, jurídico e político da nação: “Desde estudante, até o dia em que me vi coberto pela toga, exerci atividade política.

Conheci a muitos oficiais dessa arte e poderia repetir o que, ainda estudante, ouvi de Raul Pilla, quando retornava da Constituinte e era homenageado por universitários: “é a política, ao mesmo tempo, a mais bela e a mais feia, a mais nobre e a mais desprezível das atividades humanas. Tanto mais desprezível e feia nas suas deformações, quanto mais nobre e bela na sua pureza originária”. Em mais de quarenta anos, tendo sido deputado e senador, secretário e ministro de Esta-

do, vivido em plena normalidade institucional e no abafado regime do arbitrio, a luzes diferentes vi os mesmos homens e posso dizer que deparei bons e maus políticos, melhor diria, cidadãos bons e cidadãos maus, mas sobretudo posso afirmar, sob o compromisso de dizer a verdade e só a verdade, que nessa seara, tantas vezes ingrata, tive a fortuna de conhecer homens públicos de impecável dignidade e correção exemplar. Com muitos convivi e, confesso, lhes guardo profundo respeito. Haverá bons e maus políticos, sem dúvida, mas a todos estigmatizar com o labêu de improbos e desprezíveis é que me parece inverdade clamorosa, injustiça patente e levianidade perigosa. Desgraçado do país se fosse assim”.

Uma tara que vem da origem da nossa formação social, seriamente agravada pela crônica irresponsabilidade do sistema presidencial e mais acentuada pelas novas condições da vida coletiva, atizada pelo demônio da inflação que tudo deforma, conduz a uma exacerbação que explode em juízos absolutos e demolidores. Pessoas de responsabilidade intelectual, mas que nunca tiveram interesse ou atração por conhecer a realidade da atividade política, permitem-se formular conceitos definitivos e arrasadores sobre ela e desse modo prejudicam, em vez de ajudar, a compreensão do problema, seu apropriado julgamento e consequente correção.

Dizer que todo líder político “leva” comissão de empreiteiros, afirmar que o Congresso não vota verbas para o Itamaraty porque este não

empreita obras a ensejar o embolso de comissões pelos congressistas, como em outros ministérios, é alguma coisa que brada aos céus, pela inveracidade e pela injustiça e não tem medida o dano moral que a assertiva causa à nação. Supondo verdadeiros esses conceitos, todo candidato já disputaria a eleição pensando em locupletar-se e o eleito bem poderia imaginar-se autorizado tanto a saquear o erário como a extorquir os cidadãos e com o fruto da pilhagem avultar o seu patrimônio. Mas isso seria a negação total do que, em toda a parte, no Brasil inclusive, sempre se entendeu por atividade política.

Parece indubitável que os níveis de moralidade administrativa têm decaído, como têm declinado de maneira assustadora os padrões da moralidade social, a partir da entidade familiar. Mas se tem avultado a área putrefacta, ela não absorve o universo político, de modo que, a todos igualar no escalão mais baixo, não me parece judicioso. De mais a mais, quanto mais extensa for a degeneração, mais exata os que conservam a honradez e a probidade. E, felizmente, eles não faltam.

Aqueles que sentirem atração para a vida pública, especialmente os moços, não devem afastar-se dela, esterilizando a sua vocação; ao contrário, devem ingressar nela e nela permanecer, pagando o preço que o civismo impõe, certos de que Octávio Mangabeira, Raul Pilla e Milton Campos, para recordar apenas três nomes, foram políticos toda a vida e probos até a morte.